



Parente deve fechar entre hoje e amanhã revisão de arrecadação

# Orçamento de 92 poderá vir em cota trimestral

25 FEV 1992

Marizete Mundim

O Ministério da Economia não vai contingenciar linearmente o Orçamento Geral da União (OGU) este ano, ao contrário do que vinha fazendo nos exercícios anteriores. Em lugar do contingenciamento, está sendo montado um sistema, batizado de "Programação Orçamentária Trimestral", cujo principal objetivo é assegurar o cumprimento com rigor das metas de superávit fiscal acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A nova sistemática, segundo um assessor do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, partirá de uma reavaliação da Receita prevista para este ano (que deverá ser fechada hoje, terça-feira). Refeita a previsão, serão programadas liberações trimestrais para os ministérios, já descontado o superávit fiscal prometido para aquele trimestre ao FMI. O novo esquema, na análise do assessor, tornará obrigatório o cumprimento do acerto com o Fundo.

Ontem, o secretário nacional de Planejamento, Pedro Pullen Parente, reuniu-se com os diretores dos Departamentos da Receita, do Orçamento da União e do Tesouro Nacional, além de representantes da Secretaria de Política Econômica para fechar os números da revisão de arrecadação para este ano. Esses números, entretanto, só deverão ser fechados hoje e amanhã. O presidente Collor sancionará o orçamento com os vetos aconselhados pelo Ministério da Economia.

## Arrecadação

A reavaliação da arrecadação para este ano foi necessária, de um

lado, devido às mudanças na legislação tributária ocorridas após agosto do ano passado, quando o OGU foi entregue para análise do Congresso. Ai estão incluídos aumento do Imposto sobre Operações Financeiras; aumento do Imposto de Importação sobre o petróleo e antecipação do pagamento do Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

De outro lado, esta revisão indicará se as despesas adicionais, apostas ao OGU pelos parlamentares, estimadas em cerca de Cr\$ 600 bilhões, são ou não constitucionais. Significa dizer se elas têm fontes de recursos asseguradas e que não sejam transferidas de impostos cuja arrecadação é vinculada (como as contribuições previdenciárias, por exemplo).

Resolvida esta questão — que definirá, inclusive, os vetos que o Presidente fará à proposta encaminhada pelo Congresso — o Ministério da Economia poderá iniciar a programação orçamentária trimestral.

Já se sabe, por exemplo, que as liberações para o primeiro trimestre serão fracas, já que nesse período a arrecadação é historicamente pequena. A partir de abril, entretanto, o fluxo de caixa do Tesouro melhora.

Essa nova sistemática, na opinião dos técnicos, livrará o Ministério da Economia das pressões geradas pelo simples contingenciamento dos recursos. Estabelecerá uma regra clara: a de que os repasses serão trimestrais e conciliarão a arrecadação (o caixa do Tesouro) e as previsões de superávit acertadas com o FMI.

JORNAL DE BRASILIA